



**XVII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE
LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA
(CMJPLOP)**



REUNIÃO DOS CORRESPONDENTES NACIONAIS

ACTA (ATA) FINAL

No dia 03 de Março (março) de 2022, pelas 10 horas, teve lugar em formato híbrido a **Reunião dos Correspondentes Nacionais** preparatória da **XVII Conferência dos Ministros da Justiça dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CMJPLOP)**, realizada sob o lema “**Desenvolvimento da Cooperação Jurídica e Judiciária no Combate aos Crimes Ambientais, em Especial os Crimes contra a Vida Selvagem**”. Os participantes que se encontraram presencialmente estiveram na Sala de Conferências do Hotel Intercontinental, na Cidade de Luanda, República de Angola.

Estiveram presentes:

- Correspondente Nacional de Angola: **Celita Sakaita**;
- Correspondente Nacional do Brasil: **Lauro Beltrão** (remotamente, tendo sido substituído na sessão da tarde por **Thayana Leite** e **Geórgia Diogo**, também remotamente);
- Correspondente Nacional de Cabo-Verde: **Sandra Sousa**, que presidiu aos trabalhos;
- Correspondente Nacional de Guiné-Bissau: **Degol Mendes**;
- Correspondente Nacional de Guiné Equatorial: **Víctor Ondo Nsang**, na sessão da tarde, tendo sido representado na sessão da manhã por **Carlina Pereira Mba**, remotamente;
- Correspondente Nacional de Moçambique: **Justino Ernesto Tonela**;
- Correspondente Nacional de Portugal: **João Arsénio de Oliveira**;
- Correspondente Nacional de São Tomé e Príncipe: **Erdman Capela**;
- Correspondente Nacional de Timor-Leste: **Nelinho Vital** (remotamente).

Estiveram ainda presentes:

- Secretariado Executivo da CPLP: **Mário Mendão**;
- Unidade Técnica Operacional e de Gestão do LEGIS-PALOP+TL da República de Angola: **Júlio Borges**;
- PACED-PALOP/TL: **Nuno Coelho**;
- Ministério das Relações Exteriores da República de Angola: **Kadila Garcia**;
- Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos da República de Moçambique: **Maria Márcia Rungo** e **Áuria Calú**;
- Ministério da Terra e Ambiente de Moçambique: **Leovigildo Abel José**;
- Ministério da Justiça da República da Guiné Equatorial: **Hermenegildo Ondo Nsono**;
- Embaixada de Portugal na República de Angola: **Rodrigo Subtil** (sessão da manhã);



minjusdh.gov.ao
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos



XVII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (CMJPLOP)



- Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos da República de Angola: **José Nascimento, Márcia Alexandra Burity e Euclides Bastos.**

O Secretariado Permanente da CMJPLOP foi representado pelo Correspondente Nacional de Portugal.

DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS:

A reunião iniciou-se com as boas vindas aos Correspondentes Nacionais por parte da Correspondente Nacional de Cabo Verde, na qualidade de Presidente.

A agenda de trabalhos, anexa a esta acta (ata), foi aprovada por unanimidade.

Seguiram-se considerações iniciais por parte do Correspondente Nacional de Angola, tendo saudado os participantes e agradecido a passagem de pastas de Cabo Verde para Angola. Agradeceu a presença de todos e reforçou os votos de uma jornada de trabalho produtiva.

Tema 1 – Análise do Desenvolvimento dos Trabalhos das Comissões Existentes

O Secretário-geral Adjunto da CMJPLOP procedeu a uma contextualização do estado das Comissões de Trabalho Existentes, num total de 7 (sete), conforme o documento anexo a esta acta (ata).

Concluída a apresentação e realizado o debate do ponto, os Correspondentes Nacionais chegaram as seguintes conclusões e recomendações:

- Sugerir que a futura Presidência Angolana mantenha activas (ativas) as Comissões de Trabalho sobre a Corrupção de Funcionários por Agentes Estrangeiros nas Transações Comerciais, a proteção internacional das crianças na vertente civil e tráfico de seres humanos, na medida dos recursos disponíveis;
- Propor a extinção da comissão de trabalho sobre a Propriedade da Terra como Factor (Fator) de Desenvolvimento, por esgotamento do seu objeto;
- Sugerir que a futura Presidência Angolana promova as primeiras reuniões das Comissões recém instituídas, nomeadamente a Comissão dos Assuntos Legislativos e a Convenção sobre o Projeto de Convenção de que dispensa a necessidade de legalização ou de qualquer formalidade análoga, de documentos emitidos por um dos Estados Membros da CPLP e apresentados no território de outro Estado Membro, até ao dia 29 de Abril (abril) do ano corrente, e promova a indicação dos respectivos (respetivos) membros pelos Estados;
- Recomendar que os Estados confirmem ou nomeiem novos membros para as várias Comissões de Trabalho em funcionamento, até ao dia 29 de Abril (abril) do ano corrente;

[Handwritten signatures in blue ink]



minjusth.gov.ao
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos

[Handwritten signature in blue ink]



XVII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (CMJPLOP)



- Propor que os Estados Membros confirmem ou indiquem formalmente as autoridades centrais para efeito de Cooperação Jurídica e Judiciária da CPLP, no âmbito das 3 (três) Convenções sobre a matéria, até ao dia 29 de Abril (abril) do ano corrente, por correspondência diplomática dirigida ao Secretariado Executivo da CPLP.

Tema 2 – Proposta de criação da Comissão de Trabalho sobre Desenvolvimento da Cooperação Jurídica e Judiciária no Combate aos Crimes Ambientais, em Especial os Crimes Contra a vida Selvagem

No segundo tema, a Correspondente Nacional de Angola tratou de apresentar as linhas de justificação da Proposta de Angola, para o respectivo (respetivo) mandato, de criação de uma **Comissão de Trabalho sobre o Desenvolvimento da Cooperação Jurídica e Judiciária no Combate aos Crimes que afectam (afetam) o Ambiente, em Especial os Crimes Contra a Vida Selvagem.**

Intervieram Brasil, Moçambique e Portugal, que sugeriram alterações ao texto, cuja versão final, anexa a presente acta (ata), será submetida à consideração dos Ministros da Justiça.

Cada Estado Membro deve indicar, até ao dia 29 de Abril (abril) do Ano corrente, os seus 2 peritos que integrarão o Grupo de Trabalho.

Tema 3 - Ponto de situação sobre as quotas

O Secretariado Permanente da CMJPLOP procedeu à apresentação das considerações gerais a respeito da regularização da situação financeira dos Estados face ao regime de quotização da CMJPLOP, instituído no ano de 2011, em Moçambique. Em sede das discussões, foi ainda evidenciado o levantamento de constrangimentos de ordem jurídico-legal e jurídico-administrativa por alguns Estados em conferências anteriores, os quais inviabilizavam ou dificultavam a realização exitosa das respectivas (respetivas) responsabilidades.

O Secretariado Permanente manifestou a competente disponibilidade relativamente a apoiar e orientar os países na tarefa de regularização da quotização, no desenho de soluções para a superação dos constrangimentos identificados, e colocou-se em prontidão para partilhar, à solicitação dos Estados, as coordenadas bancárias necessárias à viabilização das transferências respetivas.

No final, os Correspondentes Nacionais reconheceram a necessidade de sensibilizar a importância de regularizar os compromissos financeiros assumidos em sede da CMJPLOP.



GOVERNO DE
ANGOLA

minjusdh.gov.ao
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos



XVII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (CMJPLOP)



Tema 4 - Informações sobre o estado de ratificação do Protocolo n.º 3

Relativamente ao Protocolo n.º 3, os Correspondentes Nacionais tomaram a palavra para dar nota do ponto de situação formal sobre o Estado de Ratificação do mesmo nos respectivos (respetivos) Estados. Ressalvado o caso de Moçambique, que tem já o respectivo (respetivo) Protocolo formalmente ratificado por acção (ação) da Resolução n.º 48/2017, de 20 de Novembro (novembro), relativamente aos demais Estados correm processos administrativos, diplomáticos e legislativos necessários à Ratificação do mesmo.

Sem prejuízo desta nota, o Secretariado Permanente da CMJPLOP fez questão de relembrar que não é a ratificação dos demais Estados que efectiva (efetiva) a integração da Guiné Equatorial na comunidade, e sim a sua própria ratificação do Protocolo, citando para o efeito o n.º 2 do Artigo 7.º do Protocolo. Entretanto, os Correspondentes Nacionais deverão, junto com o respectivo (respetivo) Ministro, remeter ao Depositário da Convenção (Brasil) a informação sobre a formalização da ratificação.

Tema n.º 5: Análise do Trabalho das Unidades Técnicas de Gestão da Plataforma LEGIS PALOP+TL

O Coordenador da Unidade Técnica Operacional e de Gestão do LEGIS PALOP+TL da República de Angola apresentou aos Correspondentes Nacionais um relatório sucinto sobre o funcionamento geral do **Projecto (Projeto) LEGIS PALOP+TL** e das respectivas (respetivas) **Unidades Técnicas de Gestão** locais, tendo igualmente apresentado os objetivos de cada Estado participante para o primeiro semestre de 2022.

O cerne das discussões esteve em torno da conclusão do Regulamento do LEGIS-PALOP+TL, processo que regista alguma morosidade (atentos os prazos definidos na Reunião de Santa Maria) e demanda consolidação urgente, considerada a conexão que tem com a questão da Integração de Timor-Leste no Projecto (Projeto), bem como a necessidade de reflexão e orientação política, técnica e administrativa sobre o grosso de considerações que o tema levanta. Foi ainda feito um ponto de situação sobre as propostas de alteração ao Regulamento do LEGIS PALOP+TL, só recentemente remetidas à consideração do Secretariado Executivo da CPLP.

O Secretariado Executivo da CPLP fez um excursão histórico do LEGIS PALOP+TL, evidenciando a escolha preferencial da CMJPLOP com entidade melhor indicada para acolher o Projecto (Projeto). Alertou igualmente para a necessidade de obter urgentemente orientações políticas sobre o assunto, preferencialmente pelos Ministros da Justiça, apelando a que o assunto fosse levado à consideração dos Ministros da Justiça.



GOVERNO DE
ANGOLA

minjusdh.gov.ao
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos



XVII CONFERÊNCIA DOS MINISTROS DA JUSTIÇA DOS PAÍSES DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (CMJPLOP)



Da ronda pela mesa e da discussão subsequente resultou:

- A importância de integrar definitivamente Timor-Leste no LEGIS-PALOP+TL;
- A necessidade de obter orientações políticas sobre o projecto (projeto) de Regulamento e demais questões pendentes, preferencialmente pelos Ministros da Justiça;
- A imperatividade de terminar rapidamente o processo de revisão do Regulamento;
- Solicitar à futura Presidência angolana que promova as reuniões de coordenadores nacionais, subsidiados pelos Correspondentes Nacionais, em número suficiente para findar o processo de revisão do projeto de Regulamento, no prazo máximo de 6 (seis) meses, para que o assunto possa ser politicamente aprovado com a urgência necessária.

Tema n.º 6: Apresentação do Relatório da Presidência de Cabo Verde

A Correspondente Nacional de Cabo Verde e Presidente da Sessão procedeu à apresentação detalhada do Relatório de Actividades (Atividades) do Mandato da CMJPLOP sob a Presidência da República de Cabo Verde. Finda a apresentação, os Correspondentes nacionais saudaram a actuação (atuação) de Cabo Verde e felicitaram a condução da Conferência num contexto de especial complexidade e dificuldade, fundamentalmente decorrente da situação pandémica que afetou a quase totalidade da sua Presidência.

A reunião terminou pelas 18h30m, tendo sido lavrada e assinada a presente acta (ata) por todos os correspondentes nacionais ou por sua indicação expressa e livre, através do sistema de videoconferência.

Luanda, 03 de Março (março) de 2022

A correspondente nacional de Angola

Celita Sakaita

O correspondente nacional do Brasil

Lauro Beltrão

(que acompanhou virtualmente a reunião e concordou com a presente acta (ata))



GOVERNO DE
ANGOLA

minjusth.gov.ao
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos

A correspondente nacional de Cabo Verde

Sandra Sousa

O correspondente nacional da Guiné-Bissau

Degol Mendes

O correspondente nacional da Guiné-Equatorial

Victor Ondo Nsang

O correspondente nacional de Moçambique

Justino Ernesto Tonela

O correspondente nacional de Portugal

João Arsenio de Oliveira

O correspondente nacional de São Tomé e Príncipe

Erdman Capela

O correspondente nacional de Timor-Leste

Nelinho Vital

(que acompanhou virtualmente a reunião e concordou com a presente acta (ata))